

GERAÇÕES FUTURAS

Avanço de assoreamento ameaça abastecimento de água da Capital

Todos os dias, 29 toneladas de terra se depositam no Guariroba, que abastece 40% da cidade

LUCAS JUNOT

Com o avanço no assoreamento do córrego Guariroba, responsável por 40% do abastecimento de água de Campo Grande e também a ameaça sobre o córrego Lajeado, que responde por 17% dessa demanda, especialistas alertam para o risco de a Capital sofrer desabastecimento de água no futuro. Isso, se medidas que possam reduzir os danos não forem adotadas com rigor.

Atualmente, a Bacia do Guariroba, além de ter, em seu entorno, dezenas de propriedades rurais, também teve sua vazão reduzida durante os anos, a qual, hoje, é de cerca de cinco mil litros de água por segundo. Em anos anteriores, essa vazão era maior, segundo ambientalistas e pesquisadores. Já a Bacia do Lajeado abriga propriedades que exercem atividades irregulares como aquicultura e suinocultura em sua Área de Preservação Ambiental (APA).

Há 10 anos monitorando a Bacia do Guariroba, o professor e engenheiro ambiental Teodorico Alves revela que 29 toneladas de descarga sólida são despejadas diariamente no leito do córrego, o que corresponde a 10.585 toneladas por ano, agravando ainda mais o assoreamento do manancial. O risco, se nada for feito, é de que o leito do Guariroba suma em meio à areia e à terra.

Bióloga e doutora em ecologia e recursos naturais, Sílvia Rahe explica que, em 1987, a Sanesul inaugurou o Sistema Guariroba, planejado para fornecer a maior parte da água potável para a Capital apenas até o ano 2000. Mas, passados 28 anos, a Bacia ainda é a principal fonte do abastecimento da cidade. Ela explica que, antes disso, a água para abastecer Campo Grande vinha do “Arenito Botucatu”, que foi desativado, pois não havia tecnologia para retirar a água desse local.

De lá para cá, várias medidas



PAULO RIBAS

A olhos vistos. Divisão entre parte assoreada e a que ainda está saudável é perceptível; ações de preservação já reduziram danos, mas não impedem avanço do assoreamento

foram criadas para preservar o manancial, como os estudos de um grupo técnico que forneceram subsídios à Constituição Estadual de 1989, que contemplou a questão da água em diversos artigos, e também a criação, em 1995, da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Guariroba (APA do Guariroba).

Mas essas ações não frearam o avanço dos problemas e, de acordo com a doutora, na elaboração do Plano de Manejo do Guariroba, publicado em 2008,

57%

ABASTECIMENTO
As bacias dos córregos Guariroba e Lajeado respondem por 57% de todo o abastecimento de Campo Grande. O restante é feito através de 150 poços perfurados, dez deles no Aquífero Guarani, pela Águas Guariroba.

detectou-se que, com a progressiva substituição da vegetação natural por pastagens cultivadas, associada a situações em que o manejo do gado e do solo não foi compatível com a capacidade de suporte ambiental local, houve impactos expressivos na Bacia, sobretudo no que se refere a processos erosivos e ao assoreamento dos corpos d’água naturais e também da represa de captação. “Como consequência, já é detectada atualmente diminuição da lâmina d’água e da sua vazão”.

INCENTIVO

Uma proposta de recuperação de toda a bacia foi instituída pela Prefeitura em 2011. O Programa Manancial Vivo é uma experiência de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) para proprietários que implantem práticas e manejos conservacionistas e de melhoria da distribuição da cobertura florestal na paisagem, contribuindo para o incremento de biodiversidade, aumento da infiltração de água e redução efetiva da erosão e sedimentação.

A Prefeitura, com recursos da Agência Nacional de Águas, custeia 40% dos investimentos dos produtores com as medidas de preservação ambiental adotadas em cada propriedade.

O Edital da segunda fase do Programa Manancial Vivo, com as regras para o Pagamento por Serviços Ambientais aos proprietários, foi publicado no Diário Oficial da última quinta-feira (9). A adesão dos proprietários é voluntária.

Ministério investiga 36 fazendas no entorno do Lajeado

O alerta de assoreamento também tem sido motivo de preocupação da 26ª e da 42ª Promotorias de Justiça de Campo Grande. Depois de investigar diversas propriedades localizadas na Bacia do Guariroba, o Ministério Público Estadual (MPE) volta a atenção para a Área de Preservação Ambiental do Lajeado (APA Lajeado). Na última semana foram abertos inquéritos civis para apurar eventuais infrações ambientais em 36 propriedades.

A Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado foi instituída pelo Decreto Municipal nº 8.265, de 27 de julho de 2001, mas somente após a publicação do Plano de Manejo, em 2012, os proprietários passaram a ser cobrados da regularização. A Prefeitura de Campo Grande informou

que todos os inquéritos são resultado da fiscalização e monitoramento da equipe da Divisão de Fiscalização e Monitoramento Ambiental (DFMA) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semadur), em cumprimento à resolução sobre o Plano de Manejo da APA do Lajeado, à Lei n. 12.651/2012, o Código Florestal.

Ainda de acordo com a Prefeitura, foram realizadas vistorias nas propriedades rurais da Bacia do Lajeado e, naquelas onde se constataram usos, ocupações e atividades potencialmente poluidoras, foram expedidos os documentos administrativos e fiscais. A assessoria de comunicação do município informou que os proprietários receberam comunicados esclarecendo as providências a serem adotadas para solucionar questões



ARQUIVO/VALDENIR REZENDE

Lixo. Em área da APA Lajeado, lixo toma conta de vários trechos

já observadas, bem como prazos para o cumprimento.

Uma vez constatadas irregularidades jurídico-ambientais, o caso foi encaminhado para a 42ª Promotoria de Justiça de Campo Grande,

que irá fiscalizar todas as propriedades que estejam localizadas na APA-Lajeado, para que cumpram as disposições do Plano de Manejo.

A promotora Andréia Cristina Peres da Silva explica que

o plano de manejo é, segundo estabelecido pela própria lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”, logo as atividades de aquicultura e suinocultura não são mais permitidas no território da APA do Lajeado e as existentes terão prazo de até 60 meses para serem desativadas, iniciado o prazo em outubro de 2012.

“Aqueles que não se adequarem ao Plano de Manejo sofrerão autuações administrativas e também Ação Civil Pública para recomposição

“A degradação reduz a capacidade de captação. Se essa situação não for controlada, Campo Grande corre o risco de um colapso”

Haroldo Borralho, ambientalista

dos danos ambientais e cumprimento da legislação incidente. O objetivo é prevenir que a população campo-grandense tenha comprometido um de seus principais mananciais de abastecimento”, afirma. (LJ)